



# Casos de homofobia nas escolas não chegam ao Ministério da Educação

Colégio Militar proíbe afectos que perturbem “ambiente pedagógico saudável”.  
Testemunho de antigo aluno *gay*: “Vivi com o medo de ser descoberto” **Destaque, 4 a 7**



## ENSINO

# Casos de homofobia nas escolas não chegam ao Ministério da Educação

Os relatos de discriminação sexual chegam às associações de defesa dos direitos dos homossexuais, mas ainda não ao ministério. Escolas dividem-se entre a passividade e a abertura

Joana Ferreira da Costa

**A**té hoje a Inspeção-Geral de Educação e Ciência “nunca foi chamada a averiguar nenhum caso” de segregação sexual nas escolas, admite fonte oficial do gabinete do ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, embora garanta que, perante indícios de discriminação, os estabelecimentos de ensino devem sempre denunciar esses casos à tutela.

O PÚBLICO colocou a questão ao Ministério da Educação na sequência de suspeitas de homofobia no Colégio Militar (CM), depois de o subdirector da instituição admitir que os estudantes homossexuais são excluídos pelos colegas e acabam por ser afastados. A controvérsia ganhou fôlego com a demissão do chefe de Estado-maior do Exército, Carlos Jerónimo, e promete continuar na próxima terça-feira, dia 26, com a audição no Parlamento do ministro da Defesa, que considerou “absolutamente inaceitável” qualquer discriminação baseada na orientação sexual.

A exclusão de alunos *gay* pela instituição militar com 213 anos é negada pelo presidente da Associação de Antigos Alunos do Colégio Militar

(AAACM). Nos últimos três anos, foram afastados dois rapazes “não por homofobia, mas por ter havido tentativa de abuso sexual”, revela ao PÚBLICO José Cordeiro de Araújo (ver caixa ao lado). Já o colégio e o Exército recusam adiantar ao PÚBLICO quantos estudantes foram excluídos da instituição por questões sexuais e o Ministério da Defesa diz não ter dados sobre essa realidade.

Cordeiro de Araújo admite, contudo, a existência no CM de um código de honra não escrito onde a homossexualidade é ainda considerada uma falta grave, lado a lado com o consumo de droga ou o roubo, e que é passado de geração em geração pelos alunos graduados (12.º ano) aos estudantes mais novos. “Esse código está relacionado com a tentativa de prevenção de abusos sexuais numa instituição que até há três anos só acolhia rapazes em regime de internato e onde as questões da sexualidade sempre tiveram de ser acauteladas, bem como pela mentalidade que durante anos vigorou nas Forças Armadas”, justifica.

Pedro Varela de Matos, 25 anos, foi aluno no colégio até 2008 e conta ao PÚBLICO (ver texto ao lado) que sempre se sentiu obrigado a esconder dos colegas que era homossexual.

Vivia “no terror” de ser descoberto e discriminado. “Achei que era um criminoso [por ter desejos homossexuais]. Só pensava que tinha de fazer tudo para travar esses sentimentos, para mudar”, diz.

“Na minha cabeça uma coisa era clara: havia uma escolha que me estava a ser imposta. Tinha de decidir se queria ser aluno do CM ou ser homossexual, pois ali nunca poderia ser as duas coisas.”

Na escola rígida e pautada pelas regras militares, hoje frequentada por 690 alunos, dos quais 370 em internato, não há memória de estudantes a assumirem-se como homossexuais no interior da instituição. No Exército, aliás, até há meia dúzia de anos, qualquer demonstração *gay* era motivo para expulsão ao abrigo do Regulamento da Disciplina Militar por ofender a moral pública, o brio e decoro.

Curiosamente, foi a chegada das raparigas que obrigou o CM a tentar lidar com estas questões: criou entretanto um projecto de pedagogia inclusiva e reforçou as aulas de Educação para a Saúde Sexual e os Afectos para os estudantes do 2.º e 3.º ciclos, onde a orientação sexual é abordada. “Estamos a adaptar-nos às muitas mudanças que nos foram impostas sem preparação: a integração



## Dois alunos afastados

Justificação: “tentativa de abuso sexual”

**N**os últimos três anos, o Colégio Militar afastou dois alunos por “tentativa de abuso sexual” de colegas, afirmou ao PÚBLICO José Cordeiro de Araújo, presidente da Associação de Antigos Alunos do Colégio Militar.

O caso mais recente ocorreu no ano lectivo passado depois de um estudante ser acusado de tentar abusar de vários rapazes. O segundo deu-se em 2013/2014 quando o colégio abriu portas às raparigas e deu como provado que um estudante agiu, de forma imprópria e grave, sobre uma das novas alunas.

Em defesa da instituição, Cordeiro de Araújo explica que estes alunos tiveram comportamentos que violaram o regulamento interno do colégio, que proíbe “a manifestação de afectos que possam comprometer

um ambiente pedagógico saudável”. E ali essas infracções são severamente penalizadas. “Num regime de internato, as práticas sexuais têm de ser particularmente acauteladas, pois é preciso garantir a segurança dos alunos e a confiança dos pais na comunidade educativa”, sublinha. “Isso até 2013 aconteceu entre rapazes porque só havia alunos. Agora também acontece perante comportamentos intrusivos com raparigas. O que está em causa é a confiança entre estudantes”, relata.

Em ambos os casos, os estudantes não foram liminarmente expulsos. “Os pais foram chamados e os alunos aconselhados a afastarem-se, porque violaram o regulamento interno e a confiança dos colegas”, conclui.



**Desde 2012,  
o Estatuto do  
Aluno proíbe  
que este possa  
ser penalizado  
pela sua  
orientação  
sexual**

## Pedro Varela de Matos, antigo aluno do Colégio Militar: “Vivi com o medo de ser descoberto”

O meu primeiro beijo foi a um colega do Colégio Militar numa viagem de estudo ao Alentejo. Tinha 15 anos. Foram meses até ganhar coragem para aproveitar a oportunidade, sem uma única palavra. A debater-me com sentimentos proibidos. A esconder um afecto que os outros alunos consideravam criminoso.

Foi um beijo único, que deu início a uma relação que durante os anos seguintes escondi da instituição. E que cresceu fora das portas do colégio. Fazíamos os dois programas aos fins-de-semana e à quarta-feira à noite, quando os alunos do internato podem ir dormir a casa. Os outros colegas viam-nos apenas como amigos. Nas aulas e nos recreios não nos aproximávamos um do outro. Havia o terror de sermos descobertos.

Percebi que a homossexualidade era uma coisa má logo aos 10 anos, quando entrei para o Colégio Militar. Estava proibida por um código de honra não escrito ensinado aos estudantes. Um código onde roubar, drogar-se e ser homossexual eram três actos imperdoáveis. Princípios passados aos alunos mais novos como eu pelos estudantes graduados, no 12.º ano, que estão na base da tradição orgulhosamente transmitida de geração em geração na instituição centenária, lado a lado com outros valores como a rectidão, a lealdade ou verdade.

Por isso, fiquei angustiado e confuso quando aos 13 ou 14 anos comecei a aperceber-me dos meus desejos homossexuais. Achei que era um criminoso. Só pensava que tinha de fazer tudo para travar esses sentimentos, para mudar. Na minha cabeça uma coisa era clara: havia uma escolha que me estava a ser imposta. Tinha que decidir se queria ser aluno do Colégio Militar ou ser homossexual, pois ali nunca poderia ser as duas coisas. Escolhi ser aluno.

Vivi sempre com o medo de ser descoberto na instituição militar, de onde saí no final do 12.º ano, em 2008, com a honra de ser porta-estandarte, uma distinção que em regra só é atribuída aos melhores estudantes do curso. Nunca ninguém descobriu. Ninguém espera que aconteça

ali. Mas aconteceu. Lembro-me que houve alunos excluídos e desprezados por serem homossexuais no ano lectivo de 2004/2005. Eu estava no 9.º ano, quando me disseram que dois colegas do 7.º ano tinham sido apanhados em actos homossexuais. Os afectos estão proibidos pelo regulamento interno dos alunos do colégio. A história foi abafada. Os pais dos dois alunos foram chamados. Os estudantes saíram da instituição no próprio dia. Na manhã seguinte já não estavam no pequeno almoço. Nunca mais os vi.

Naquele dia pensei que também eu iria ser descoberto. Que os alunos mais velhos, os professores, os directores iam conseguir ler-me os pensamentos. E dizer aos meus pais. Criei uma camuflagem. Quando me insultavam, chamando-me palavrões como “paneleiro”, fingia que isso não me afectava. Sempre que se falava de gays disfarçava e

respondia aos meus colegas: “desde que os paneleiros não se metam comigo, está tudo bem”.

Hoje acredito que este código homofóbico no colégio me roubou uma adolescência igual à dos outros. Os colegas podiam apaixonar-se sem ser em segredo, sem pensar que havia neles havia algo de errado. Eu não. Só assumi a minha homossexualidade aos 20 anos para os amigos e a família. Hoje vivo na Austrália e quero contar a minha história porque acredito que a instituição militar deve mudar. Não odeio o colégio. Eu amo o colégio e é por isso que defendo que a instituição tem de aceitar e proteger os seus alunos homossexuais. Não é com proibições e exclusões que o Colégio Militar deve responder aos alunos. Deve sim aceitá-los e integrá-los.

**Depoimento recolhido por Joana Ferreira da Costa**

de raparigas, a abertura ao 1.º ciclo e ao regime de externato”, diz Cordeiro de Araújo. “Estamos todos os dias a aprender e a aperfeiçoar formas de actuação. Mas, como em tudo, é preciso tempo para mudar as mentalidades.”

### Perseguidos nas escolas

Os relatos de discriminação por parte das escolas contra estudantes gays não se limitam, todavia, à instituição militar. São feitos por alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados junto de associações de defesa de direitos homossexuais.

Desde 2012, o Estatuto do Aluno proíbe expressamente que este possa ser penalizado pela sua orientação sexual, reforçando um direito que a Constituição estabeleceu em 2004. “A lei existe, mas está longe de ser cumprida”, lamenta Manuela Ferreira, da Amplos, uma associação criada há seis anos para apoiar pais que lutam pela liberdade de orientação dos filhos. “Há escolas onde estudantes com uma orientação sexual diferente são perseguidos até por funcionários e docentes.”

A mãe de Ana (nome fictício) relata ao PÚBLICO que a filha foi vítima de uma “verdadeira perseguição”

por assumir na escola a sua homossexualidade. Começou com chamadas de atenção das funcionárias no recreio, quando viam a aluna de 13 anos de mão dada ou abraçada à namorada, ao contrário do que sucedia com outros rapazes e raparigas na escola básica nos arredores de Lisboa. Mas, diz, rapidamente as funcionárias passaram a segui-las e a ameaçarem denunciá-las aos pais. “A minha filha já me contara que era homossexual, mas os pais da outra menina não sabiam e ela vivia com medo que descobrissem”, adianta.

A pressão tornou-se insustentável para Ana quando um dia no recreio uma das professoras lhe disse, como recorda a mãe: “Sabem, cada vez que vocês se abraçam há uma criança que morre.” “A minha filha telefonou-me a chorar da escola: ‘Já não aguento mais, preciso de ajuda.’”

A mãe pediu apoio à Amplos e marcou uma reunião com o conselho directivo: “Disseram-me que esta era uma situação de atentado ao pudor, não de homofobia”, que pelo regulamento os estudantes também não podiam andar de mini-saia ou de top. “Tentei explicar-lhes que não era admissível esta violência, que a Constituição proíbe a discriminação em função da orientação sexu- →



**Pedro Varela de Matos num desfile do Colégio Militar**



## 6 | DESTAQUE | PÚBLICO, SÁB 23 ABR 2016

# ENSINO

**Desfile de alunos do Colégio Militar em 2007: novas normas são mais rígidas?**

al”, adianta. “Não sabiam lidar com a situação e optaram por a reprimir.” Depois do encontro, a pressão sobre as duas estudantes abrandou e a mãe nunca apresentou queixa ao Ministério da Educação. Ana, que era finalista, abandonaria a escola no final desse ano lectivo.

### Agressões e complacência

É sobretudo através de denúncias anónimas *online* ou pedidos de apoio por *email* que situações como esta são relatadas a associações como a Ilga Portugal. Ali até chegam alertas de docentes assustados.

“Há dois anos uma professora ligou-nos. Falava baixinho, escondida. Pedia ajuda para resolver uma situação de discriminação homofóbica muito grave feita por professores sobre um aluno”, explica a directora executiva do organismo, Marta Ramos. A docente desligou a chamada a meio. “Estava cheia de medo. Ainda tentámos seguir-lhe o rasto, detectar a escola e penso que até a descobrimos. Quando ligámos para lá, recusaram a nossa intervenção.”

Desde Janeiro, a associação recebeu duas denúncias de estudantes por homofobia no ensino, uma delas explicitando que a escola nada fez para reprimir os insultos e preconceitos de que era alvo. No ano passado, outras 16 vítimas de *bullying* sexual em escolas secundárias relataram à Ilga que os seus casos foram testemunhados mas não punidos. “Existe uma complacência dos conselhos directivos e dos funcionários que legitima a homofobia”, garante Marta Ramos, frisando que a maior parte das vezes a discriminação em jovens é feita no recinto de ensino, entre pares e sofrida em silêncio pelas vítimas.

A passividade das escolas, defende, é visível mesmo quando há situações de violência física, como aquela que levou a dirigente da Ilga há quatro anos a alertar a PSP, através da Escola Segura. “Fui chamada para ajudar num caso de duas alunas do 9.º ano, que namoravam e foram agredidas pelos colegas à porta de uma escola básica nos arredores de Lisboa. Os alunos fecharam os portões para que elas não conseguissem entrar nem refugiar-se das agressões. Nenhum responsável interveio”, remata.

Estudos nacionais sobre o *bullying* homofóbico também apontam nesse sentido. “Os comportamentos de agressão são desvalorizados: em 80% das situações de *bullying* sobre os alunos inquiridos, os agressores não foram punidos”, explica Raquel António, do

Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE, que em 2012 avaliou o impacto do problema através de inquiridos a estudantes. A psicóloga está agora a investigar a falta de reacção dos pares perante o fenómeno e continua a deparar-se com as mesmas denúncias.

### 3000 debatem homofobia

As escolas dividem-se na forma como reagem a estes problemas. “Não há um procedimento interno regulado para lidar com a discriminação homofóbica. Actua-se consoante a gravidade das situações”, admite Filinto Lima, dirigente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas. “Em casos graves deve ser sempre aberto um processo disciplinar”, diz o responsável, que desconhece, porém, situações de punição a alunos.

Para Cátia Figueiredo, presidente da rede *ex aequo*, que dá apoio a jovens homossexuais e transgénero, “se, por um lado, há estabelecimen-

## “Existe uma complacência dos conselhos directivos e dos funcionários que legitima a homofobia”, garante Marta Ramos, directora executiva da Ilga

tos que legitimam a homofobia, também se assiste a uma maior abertura das escolas para abordar as questões da orientação sexual”.

Só no ano passado, mais de três mil estudantes do secundário no país participaram em encontros sobre o tema, promovidos pela associação. “Só podemos fazer palestras nas escolas com autorização da direcção”, diz a dirigente, acrescentando que “são geralmente os estabelecimentos onde há problemas que recusam a participação [da organização]”.

Mais raros são os pedidos para a rede *ex aequo* formar professores ou psicólogos. “Temos programas específicos, mas têm pouca adesão por não darem créditos para a carreira docente”, lamenta Cátia Figueiredo.

Para o presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), Manuel Pereira, os responsáveis pelo ensino devem sempre combater

a exclusão. No Agrupamento de Escolas de Cinfães, que dirige, já lidou com dois rapazes vítimas de insultos homofóbicos persistentes: “O que fizemos foi apoiá-los e protegê-los, através do acompanhamento pelo director de turma e reforçando a vigilância pelos funcionários.”

Manuel Pereira vê “com preocupação” os relatos que vão chegando às associações. “Na ANDE não temos queixas, mas as situações graves deste género não saem geralmente das direcções das escolas. Quero acreditar que são uma excepção e que as direcções contribuem para a inclusão de alunos.”

É precisamente para esclarecer a polémica sobre a segregação de alunos homossexuais no Colégio Militar e a falta de medidas pedagógicas “que contrariem aquele preconceito” que, a pedido do Bloco de Esquerda, as direcções do Colégio Militar e da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar serão ouvidas no Parlamento. A reunião com a Subcomissão parlamentar para a Igualdade e Não Discriminação foi marcada para 3 de Maio.

Ontem, a quatro dias de ser ouvido no Parlamento, o ministro da Defesa considerava o assunto “resolvido”. “Não gostaria que o caso Colégio Militar se tornasse protagonista de um episódio evidentemente desagradável, mas que já foi ultrapassado”, disse, numa visita ao Porto. Também ontem, o Exército assegurou que a direcção do Colégio Militar “não promove nem compactua” com práticas discriminatórias. “A postura da direcção do Colégio Militar (CM) é de não promover ou compactuar com comportamentos ou práticas discriminatórias, seja qual for a sua natureza, e actua pedagogicamente, com o intuito de preservar o bem-estar dos seus alunos ou alunas (...)”, declarou à Lusa o porta-voz tenente-coronel Góis Pires.

Colocados perante uma situação que “configure um comportamento discriminatório seja de que ordem for”, a direcção do CM “envolve, compreensivelmente, os encarregados de educação, aos quais caberá tomada de decisão” sobre a melhor solução para o aluno ou aluna. Góis Pires frisou ainda que compete à direcção do Colégio Militar “garantir as melhores condições a todos os alunos, preservando todo e qualquer aluno que tenha sido sinalizado como alvo de discriminação, agindo de forma educativa junto da comunidade escolar, de forma a ser criada uma cultura de inclusão e não de exclusão”.





“**Manifestar afectos não é saudável? Escondê-los será mais pedagógico?**”

**Mário Cordeiro**  
Pedopsiquiatra



## Colégio Militar proíbe afectos que coloquem em causa “ambiente pedagógico saudável”

Catarina Gomes

No regulamento anterior quase não falava de afectos, mas tudo mudou a partir do momento em que o colégio passou a acolher raparigas

No Regulamento Interno-Guia do Aluno do Colégio Militar, aprovado após a instituição ter passado a acolher raparigas, considera-se uma infração disciplinar “muito grave” “a manifestação de afectos que possam comprometer os princípios inerentes a um ambiente pedagógico saudável”, estando na mesma categoria do roubo ou da posse ou consumo de droga. À luz da polémica recente, especialistas na área da saúde mental contactos pelo PÚBLICO consideram a expressão “ambígua”, podendo deixar “a porta aberta” a comportamentos discriminatórios.

A polémica estalou com uma reportagem publicada pelo jornal *online Observador*, onde o subdirector do Colégio Militar, tenente-coronel António Grilo, afirmou: “Nas situações de afectos [homossexuais], obviamente não podemos fazer transferência de escola. Falamos com o encarregado de educação para que perceba que o filho acabou de perder espaço de convivência interna e a partir daí vai ter grandes dificuldades de relacionamento com os pares. Porque é o que se verifica. São excluídos.” O general Carlos Jerónimo, chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), pediu a demissão na sequência das afirmações.

No regulamento anterior quase não se falava de afectos. Numa nota dirigida aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico dizia-se apenas: “Também contigo temos a aprender que a vida é construída por pequenos e grandes afectos, em múltiplas atitudes, movidas pela ingenuidade contagiante da tua idade.”

Nas normas que regulam o comportamento dos alunos desta instituição, homologadas em Setembro de 2015 e completamente revistas depois de o colégio ter passado a



Normas regulamentares de comportamento ou discriminação?

acolher raparigas após mais de 200 anos como instituição exclusivamente masculina, passa-se a prever, entre “os deveres específicos do aluno” que, “além da normal convivência, solidariedade e camaradagem”, não se pode “praticar ou adoptar qualquer comportamento, atitude ou manifestação de relacionamento afectivo dentro do colégio, ou no exterior, quando fardado, que possa comprometer os princípios inerentes a um ambiente pedagógico saudável”.

Neste contexto, “as manifestações de afecto” surgem então na tipologia das infracções disciplinares “muito graves”. Em termos genéricos, o documento inclui, entre as “medidas disciplinares correctivas”, a advertência, a ordem de saída da sala de aula, a realização de tarefas e o condicionamento no acesso a certos espaços do colégio. Já as “medidas disciplinares sancionatórias” prevêm a repressão, a suspensão e a transferência de escola.

Para interpretar o regulamento, José Morgado, o professor do ISPA-Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, onde é membro do Centro de Investigação em Educação, diz que é preciso ter em conta o contexto. Tratando-se “de uma instituição mais fechada, com uma cultura mais fechada, é normal que sejam mais rígidos”, notando que “também há famílias com estilos educativos que também não são favoráveis a manifestações de afectos”.

“[Mas prescrever] a inibição de comportamentos de afecto [em ligação com] ambiente pedagógico saudável parece-me pouco sustentado.” O docente diz que na expressão “há uma grande elasticidade” e “ambiguidade” que coloca várias dúvidas (“a quem cabe avaliar esta adequação?”) e deixa “a porta aberta” “ao discricionário” e “ao livre arbítrio”. Nota ainda que uma instituição desta natureza será “provavelmente menos escrutinada do que uma escola pública”, podendo adivinhar-se, com base nas declarações, que “já terá havido jovens convidados a sair” com base na homossexualidade.

O pedopsiquiatra Mário Cordeiro considera a frase relativa à “infração muito grave” como “descabida e muito dúbia”: “O que é ‘um ambiente pedagógico saudável’? Manifestar afectos não é saudável? Escondê-los, expressá-los clandestinamente será mais pedagógico?” O médico diz que fica “perplexo com este tipo de rigidez e o que as suas entrelinhas podem significar. Assusta-me o sofrimento em que muitas crianças e adolescentes possam estar durante anos e anos.”

Mário Cordeiro admite que o subdirector tenha querido dizer que “os alunos homossexuais poderiam ter problemas acrescidos”. Mas, ao invés de ajudar à exclusão, o que a instituição deveria fazer seria pensar em “que medidas tencionava adoptar pa-

ra que essa discriminação deixasse de existir: desde alterar regulamentos a acções pedagógicas com as outras crianças e com os profissionais do colégio”. E vai mais longe: “Creio que esse regulamento – e a consecutiva prática e cumprimento – fere a Constituição da República, o que será tanto mais grave numa instituição que está directamente ligada a uma estrutura do Estado.”

Margarida Gaspar de Matos, psicóloga e investigadora da **Faculdade de Motricidade Humana** da Universidade de Lisboa, comenta que “o senhor tenente-coronel tenta ser diplomático, mas perde uma oportunidade de se abrir ao século XXI”. Isto, porque a ciência provou que “a estigmatização social pelos ‘outros’ pode levar a situações de *bullying*, de xenofobia, de discriminação e exclusão social que podem vir a ter consequências muito graves no equilíbrio psicossocial das pessoas”.

A docente remete também para a Constituição, notando que “qualquer instituição que identifique situações que possam eventualmente dificultar a vida e bem-estar de pessoas por questões de ‘desvios’ de alegadas normas sociais deveria, de imediato, proceder a um amplo debate de ideias sobre ‘a gênese do preconceito, da xenofobia e da exclusão social’”. A psicóloga, que é autora de vários estudos sobre a saúde na adolescência, acrescenta que deveria ser procurado junto dos alunos “formas de ajudar a instituição a crescer e a conseguir ser inclusiva. E não proceder à remoção dos alunos com um discurso ‘mais ou menos alfofado’”.

A investigadora ressalva que é legítimo que as instituições “tenham regras internas do que é público e privado e podem ter regulamentos a conter a expressão de qualquer afecto (homo, hétero e bi)”. Afirma que pode ser “uma opção de cada instituição não permitir o contacto físico entre alunos. Há países onde as pessoas não se podem tocar em público, haverá instituições em Portugal onde isso também ocorra”. Mas, sublinha, “a desigualdade com base na homossexualidade não tem outra justificação que não o preconceito”.